

Alguns apontamentos sobre a organização do trabalho no Frigorífico Anglo de Pelotas na década de 1940

Mônica Renata Schmidt
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
monicarenata@outlook.com
VI Jornadas Uruguayas de Historia Económica
Mercados y mundos del trabajo en América Latina (siglos XIX y XX)

Resumo

Este trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da UFPel - dissertação de mestrado – iniciada em 2015. Portanto, os resultados apresentados serão preliminares. Busca-se reconstruir o ambiente de trabalho do Frigorífico Anglo de Pelotas durante a década de 1940. Para tal, serão examinadas as ações trabalhistas movidas pelos trabalhadores contra essa indústria. Os processos que compõem o acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas estão atualmente sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. Correspondem ao período de 1940 a 1990 e são originários dos autos findos que permaneceram arquivados junto ao órgão responsável por mais de dez anos. No contexto em questão, entrou em vigor no Brasil a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), destinada a regulamentar o mundo do trabalho, instituiu regras relativas, sobretudo, a condições de trabalho e disputas individuais e coletivas entre trabalhadores e empregadores. A pesquisa com os processos torna possível perceber elementos constitutivos dos conflitos e disputas transcorridas na Justiça do Trabalho. Por outro lado, os autos trabalhistas indicam práticas e relações sociais que ultrapassam o cenário propriamente jurídico, como por exemplo, as experiências cotidianas nos locais de trabalho. A partir das informações contidas na petição inicial e nos depoimentos das audiências, podemos observar quem eram os personagens que constituíam o espaço fabril: os patrões e trabalhadores, as condições e relações de trabalho, a qualificação profissional do operariado e as suas condições de vida; as características da indústria: a divisão das seções e suas especialidades, os tipos de produtos processados e o seu destino. Dessa forma, as ações trabalhistas constituem-se em fontes relevantes para o estudo do frigorífico e seus trabalhadores.

Palavras-chave: Frigorífico Anglo; processos trabalhistas; trabalhadores; trabalho; relações de trabalho.

Os trabalhadores na historiografia: uma breve trajetória

No Brasil como no caso de outros países, nas primeiras décadas do século XX, os primeiros estudos que se referem à classe operária foram produzidos por militantes, tanto por sindicalistas e ativistas políticos de esquerda, como também por jornalistas ou advogados, ligados ao movimento operário como militantes. Essa produção historiográfica de não acadêmicos pode ser denominada de produção militante. Somente ao longo dos anos 1960 teve início no Brasil uma tradição de estudos acadêmicos que fazem referência à classe operária. Segundo Cláudio Batalha, essa tradição abarcava:

sociólogos preocupados em elaborar grandes sínteses, que estabeleciam teorias explicativas do movimento operário de suas opções ideológicas. Foi com ela que foram introduzidas e cristalizadas noções tais como: a origem estrangeira da classe operária; o vínculo entre a introdução do anarquismo e essa origem; a hegemonia do anarquismo no movimento sindical da Primeira República (2007, p. 148).

A partir dos anos 1970 a história acadêmica entrou no campo dos estudos da classe operária que até o momento estava limitado à Sociologia e à Ciência Política. Os trabalhos desenvolvidos pelos acadêmicos americanos especializados no Brasil, denominados de brasilianistas, foram significativos para que isso acontecesse. Também nesse contexto, surgiram centros de documentação dedicados à história operária.

Desde meados da década de 1980, no universo das investigações sobre os trabalhadores, os autores identificaram uma mudança de paradigma no que tange a compreensão da classe operária enquanto sujeito político. Anteriormente a classe operária era vista como sujeito subordinado, “sem dinâmica própria que emergisse de suas práticas, determinado por condições exteriores à sua existência concreta” (CHALHOUB; SILVA, 2009, p. 26). Portanto, a partir dos anos 1980, começou a aparecer uma produção acadêmica disposta em “captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas” (CHALHOUB; SILVA, 2009, p. 26).

Ainda segundo Chalhoub e Silva (2009), é possível apontar três vertentes de investigação da história dos trabalhadores. Num primeiro momento, os estudos estavam concentrados no movimento operário da Primeira República, abordando a sua inspiração anárquica e estratégias de rejeição em relação ao Estado. Em um segundo momento, ocorreu o retorno às tentativas de interpretação do populismo. A visão tradicional afirmava que a legislação social e trabalhista, a instituição da Justiça do Trabalho e o corporativismo sindical foram mecanismos pensados para impor determinada dominação de classe. Novas interpretações foram influenciadas pelos estudos de E. P. Thompson (1987) sobre direito na Inglaterra do

século XVIII, entre outros, a partir dos quais se tornou possível pensar a implementação da legislação, a aplicação e a utilização dos direitos trabalhistas como “campo de força comum” em que diferentes atores se movimentavam e contracenavam.

A terceira vertente nas pesquisas sobre a história dos trabalhadores menciona um alargamento de horizontes conceituais e possibilidades de pesquisa com uma significativa ampliação temática. O próprio conceito de trabalhador foi ampliado. Ocorreu um certo distanciamento em relação a tradição, na qual os trabalhadores só eram encontrados nas narrativas nos momentos de luta e mobilização política, enquanto movimento operário organizado. Foram então buscados os agrupamentos profissionais, suas formas de organização, a composição da força de trabalho, a vida operária dentro da fábrica, os processos de trabalho, o cotidiano dos trabalhadores dentro e fora das fábricas, aspectos como, cultura, gênero, etnicidade, educação, entre outros (CHALHOUN; SILVA, 2009).

A maioria dos estudos voltados à história do Rio Grande do Sul não acompanhou totalmente as transformações ocorridas na década de 1980 na produção historiográfica brasileira sobre a classe operária. As investigações ainda continuam dando atenção e recaindo predominantemente sobre o movimento operário, suas formas de ação e de expressão. O personagem principal das narrativas continua sendo o militante, o trabalhador engajado em uma causa política, geralmente partidário com uma ideologia bem definida, o qual sempre foi minoritário no conjunto da classe. São poucos os trabalhos acadêmicos que estudam o “trabalhador ‘comum’ que nunca se engajou numa greve, nunca integrou uma associação, nunca se interessou por ideias políticas voltadas à emancipação de classe. Como ele vivia, atuava, pensava?” (SCHMIDT, 2007, p. 7). Atualmente alguns estudos que privilegiam essa temática já foram desenvolvidos e outros ainda estão em desenvolvimento como é o caso desse trabalho.

O acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas e a pesquisa documental em processos judiciais

O acervo da Justiça do trabalho de Pelotas atualmente salvaguardado no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH-UFPe). É composto por processos trabalhistas da cidade de Pelotas e região, documentação da 4ª Região da Justiça do Trabalho, totalizando mais de 100 mil processos, os quais iniciam na década de 1940, seguindo até a década de 1990. Sua origem são os autos findos, ou seja, processos trabalhistas

já concluídos e que foram mantidos pelo órgão responsável por mais de dez anos (LONER, 2010).

Conforme apontam Gill e Loner (2013, p. 247): “Esses processos, que expõem conflitos entre empregados e seus patrões, são de grande importância para o estudo do trabalhador comum e suas relações com os poderes constituídos, além das alterações no mundo do trabalho”. Sabe-se, até o momento, que esse acervo é o mais completo de que se tem notícia para uma região do Estado e, talvez, também no país.

O acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas passou a se constituir como fonte principal para pesquisas que demandem o judiciário trabalhista na região, permitindo, que se tenha o contexto exato da implantação dos órgãos trabalhistas na região e as principais demandas dos trabalhadores, bem como acesso a algumas das táticas e subterfúgios principais dos empresários no confronto com as leis e também no tratamento com seus empregados (GILL; LONER, 2013).

Vários trabalhos de conclusão de curso já foram realizados a partir do uso de processos trabalhistas como fonte: Marciele Vasconcellos pesquisou os alfaiates de Pelotas, analisando as práticas e representações desse grupo profissional, no período entre 1936 e 1947 (VASCONCELOS, 2012). Lóren da Rocha Nunes buscou apresentar as possibilidades de pesquisa em História utilizando o acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas, entre 1940 e 1945, ressaltando também a importância da preservação desse acervo (ROCHA, 2012). Jordana Alves Pieper pesquisou os trabalhadores da estiva em Pelotas (1940-1942), com o objetivo de compreender como era o trabalho portuário antes e após a instalação do Porto de Pelotas (PIEPER, 2013). Eduarda Borges da Silva pesquisou os pleitos das operárias da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense (1944-1954) (SILVA, 2014).

Todas as autoras citadas participaram do projeto de pesquisa, intitulado “Acervo da Justiça do Trabalho”, o qual trabalha com uma metodologia principal: a pesquisa documental qualitativa e quantitativa. Na primeira etapa, a análise qualitativa se dá mediante a leitura dos processos e da elaboração de um resumo que contém: o número da caixa onde o processo está guardado, número do processo, ano de início da reclamação, nome do reclamante, remuneração declarada, número da carteira profissional, nome da empresa reclamada, motivo da ação, período de duração da ação, conclusão do processo e observações no caso de haver anexos relevantes. Nas observações encontram-se os documentos anexos aos autos, tais como telegramas, atestados médicos, notícias de jornais do período que, em alguns casos, eram utilizados como provas nas audiências e para os pesquisadores, por se constituírem em fontes complementares.

A segunda etapa é quantitativa. Com a intenção de sintetizar os dados, foi criada uma tabela no Excel na qual são preenchidas: o número da caixa na qual se encontra o processo, o número do processo, sexo do reclamante, tipo de reclamante (trabalhador ou a empresa), nome da empresa reclamada, tipo de ação (individual ou plúrima), função, nacionalidade, idade, estado civil, ano da demanda, estado civil do requerente, se o requerente recebeu ou não o benefício da justiça gratuita, a qual sindicato pertencia, nome dos advogados de ambas as partes, motivo da reclamatória, conclusão (improcedente, procedente, procedente em parte, arquivado ou acordo) e período de duração.

Neste trabalho para a análise dos processos trabalhistas contra o Frigorífico utilizou-se a metodologia qualitativa empregada pelos bolsistas que participaram do projeto de pesquisa descrito anteriormente. Além do método mencionado na etapa qualitativa e tendo em vista que toda pesquisa histórica se vale da análise documental, buscou-se uma metodologia qualitativa específica, já empregada em estudos que se valeram da fonte em estudo. Desse modo, tomou-se conhecimento da análise documental (CELLARD, 2010) e do uso dessa metodologia em pesquisas que utilizaram como fonte processos judiciais. Segundo Cellard (2010), a análise documental se divide em cinco etapas metodológicas: o estudo do contexto social da produção do documento, a identificação do(s) autor(es) do documento, a confirmação de sua autenticidade, a confiabilidade da informação divulgada e a identificação da natureza do texto.

De acordo com Cellard (2010), a compreensão do contexto social da produção de um documento é fundamental para o desenvolvimento das etapas seguintes da análise documental e independe do momento em que o documento foi produzido, se no passado distante ou recente. Para Cellard, compreender o cenário social, cultural, econômico no qual a documentação foi produzida permite “apreender os esquemas conceituais de seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão [...]” (2010, p. 299).

Em relação à etapa da identificação do(s) autor(es) do documento, cabe ao pesquisador identificar: quais eram as intenções pessoais ou institucionais de sua produção? Que tipo de mediação ocorre entre o relato e as falas dos atores? São informações relevantes sobre a produção do documento.

No que refere à autenticidade e a confiabilidade do documento ressalta-se a importância de verificar a procedência da informação. Se as falas das testemunhas que constam nas fontes são diretas ou indiretas, a duração entre o ocorrido e a sua descrição, se os relatos foram alterados no momento da transcrição e a autoridade dos autores sobre a

produção, ou seja, se estavam qualificados para fazer observações ou julgamentos (CELLARD, 2010). Apesar de os historiadores não serem os responsáveis pela verificação de autenticidade e confiabilidade de tais documentos devem estar sempre atentos no que refere a estas questões.

De acordo com Cellard (2010), na identificação da natureza do texto e dos conceitos-chave, faz-se necessário compreender o sentido dos termos empregados pelo autor ou autores do texto. Para a análise do objeto, é de suma importância compreender a linguagem reproduzida naquele momento: petição inicial, instâncias de julgamento, competência e jurisdição, dissídios individuais, plúrimos e ações coletivas, contestação, revelia e confissão, sentença, trânsito em julgamento e liquidação de sentença, recursos, entre outros.

Nesse sentido, seguindo as dimensões metodológicas de Cellard, o contexto temporal da fonte entre 1943 e 1945 faz referência ao momento em que se iniciam os primeiros processos trabalhistas por parte dos trabalhadores contra a empresa S.A. Frigorífico Anglo de Pelotas, no contexto em que entra em vigor a Consolidação das Leis do trabalho (CLT) no Brasil, conforme abordado na introdução. Segundo French, “desde 1943, o mundo dos trabalhadores e profissionais liberais brasileiros, bem como daqueles que o empregam, tem sido governado por um ‘código de trabalho altamente estruturado e minuciosamente regulado” (2001, p. 7).

Nesse contexto sabemos também que a expansão comercial de Pelotas se produziu simultaneamente ao desenvolvimento da indústria na cidade. O censo econômico da FEE-RS de 1940 apontava para a cidade de Pelotas a existência de 259 estabelecimentos industriais, os quais possuíam mais de 4.000 trabalhadores. O setor industrial da cidade dividia-se entre as indústrias que produziam artigos para exportação e as indústrias que produziam para o mercado interno, estas últimas se dedicavam a artigos de consumo imediato da população e estavam vinculadas ao processo de urbanização, dentre elas estavam às indústrias de materiais de construção, pequenas indústrias alimentícias, metalúrgicas e gráficas. As indústrias dedicadas ao mercado externo estavam concentradas em três ramos de atividades: industrialização de carnes, conservas e arroz (SOARES, 2002).

Em relação à população da cidade de Pelotas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de Pelotas no senso da década de 1940, aponta uma população total de 104.553 habitantes, sendo 53.376 mulheres e 51.177 homens. Sendo que, no setor industrial estavam empregados 598 mulheres e 5.784 homens (IBGE, 1940).

No que se refere à identificação do(s) autor(es) do documento, considera-se todos os sujeitos envolvidos nos trâmites de um processo, ou seja, desde o momento em que é

elaborada a petição inicial até a conclusão da reclamação. No momento da elaboração da petição inicial, comparece o Reclamante perante o escrivão do Cartório, para o qual são narrados alguns de seus dados pessoais: nome, nacionalidade, estado civil, residência, em alguns casos é mencionada a idade do reclamante e o nome do procurador legal. Em seguida são relatadas informações referentes ao emprego: período de duração, função exercida, salário, nome da empresa reclamada. Após, as motivações para reclamação, o valor dado a causa, os objetivos a serem pleiteados, os artigos nos quais se fundamenta a ação, data da petição, entre outros. Ao final da petição assinava o Reclamante, no caso de não saber assinar, assinava outra pessoa, acompanhada de duas testemunhas.

Ainda em relação aos autores, durante a audiência de instrução e julgamento, estavam presentes, o Juiz de Direito da Junta de Conciliação e Julgamento da comarca da cidade de Pelotas, na maioria das ocasiões, o Dr. José Alsina Lemos, o escrivão, o Reclamante, acompanhado de seu procurador, na maioria dos casos, o Dr. Antônio Ferreira Martins, a Reclamada, representada, no caso da empresa S.A. Frigorífico Anglo, na maioria das vezes, por um de seus representantes na cidade, o Sr. Gabriel Novais Junior ou o Sr. Patricio Muray, acompanhado de seu procurador Dr. Alcides de Mendonça Lima.

No que tange a confirmação da autenticidade do documento, segundo Oliveira e Silva, devemos estar atentos, como se trata de um documento oficial, coma questão do poder porque o Estado pode ser considerado o verdadeiro produtor do que está escrito, podendo encobrir a expressão de qualquer grupo social que esteja contida no documento em forma de um depoimento, ou até mesmo na argumentação do juiz, o qual além de ser membro de um dos órgãos do Estado também pode ser considerado como pertencente a uma corporação profissional. Já em relação a questão da interpretação, ainda conforme os mesmos autores, esta surge:

porque estamos trabalhando com o que está escrito e não, com o acontecimento em si, ou ainda porque não estamos interpretando por meio da observação direta, mas por meio da palavra-escrita, e isto é fonte de inúmeros questionamentos, que envolvem a questão da subjetividade (2002, p. 245).

Em relação à confiabilidade da informação divulgada pelo documento, Sidney Chalhoubapud Benito Schmidt, ao tratar de processos judiciais, mostrou que nesse sentido:

O fundamental em cada história abordada não é descobrir “o que realmente se passou” – apesar de [...] isto ser possível em alguma medida -, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar. [...] é possível construir explicações válidas do social

exatamente a partir das versões conflitantes apresentadas por diversos agentes sociais, ou talvez, ainda mais enfaticamente, só porque existem versões ou leituras divergentes sobre as “coisas” ou “fatos” é que se torna possível ao historiador ter acesso às lutas e contradições inerentes a qualquer realidade social (2013, p. 159).

No tocante a identificação da natureza do texto, é fundamental compreender os termos utilizados pelo autor ou autores do texto. Para examinar os processos judiciais faz-se necessário aprender vários termos empregados na elaboração do documento e o próprio significado e finalidade desses documentos, tendo em vista que os processos judiciais são compostos por diversos documentos e anexos tais como: a Petição Inicial, mencionada anteriormente; o Termo de Audiência, elaborado no momento em que ocorria a mesma, datilografado e assinado pelo escrivão e todos os presentes na audiência de instrução e julgamento; a procuração que nomeava os procuradores legais; Termo de Pagamento e Quitação, elaborado quando era celebrado o acordo entre as partes, lavrado perante o secretário, na Secretaria da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, assinavam o secretário, o Reclamante e a Reclamada; Termo de Arquivamento de Reclamação elaborado na sala de audiências quando o reclamante não comparecia para o julgamento da reclamação, é então, mandado pelo Presidente arquivar a reclamação. Nesse documento também é possível verificar se foi concedido ao reclamante o benefício da justiça gratuita.

Em relação as reflexões teórico metodológicas sobre a análise documental em processos judiciais trabalhistas, Marciele Vasconcelos e Rodrigo da Silva ao mencionarem as etapas da análise documental empregada em processos judiciais ressaltam que: “[...] não constituem um método rigoroso, mas decorrem das escolhas do pesquisador com relação ao problema e ao tema de sua investigação, bem como de suas preferências teóricas” (2013, p. 6).

Em relação à estrutura e funcionamento a Justiça do Trabalho compõe-se dos seguintes órgãos: Juntas de Conciliação e Julgamento ou Juízos de Direito (1ª Instância), Conselhos Regionais do Trabalho (2ª Instância) e Conselho Nacional do Trabalho (3ª Instância). Na época a Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas ficava localizada na Rua 15 de Novembro, 622.

Cada Junta de Conciliação e Julgamento é composta por um presidente, dois vogais, sendo um representante dos empregadores e outro dos empregados. Cada Conselho Regional é formado por um presidente, quatro vogais, sendo um representante dos empregadores, outro dos empregados e os demais alheios aos interesses profissionais. O Conselho Nacional do Trabalho, com sede na Capital do País (Rio de Janeiro) e jurisdição em todo o território nacional, é o Tribunal Superior da Justiça do Trabalho e órgão consultivo do Governo em

matéria de legislação social. Funciona na plenitude de sua composição ou por intermédio de duas Câmaras distintas: Câmara de Justiça do Trabalho e Câmara de Previdência Social.

As fontes foram divididas em quatro categoriais: 1) processos iniciados por trabalhadores que trabalharam nas obras de reconstrução e ampliação dos edifícios do Frigorífico; 2) processos iniciados por trabalhadores das obras e que depois foram reaproveitados para outras atividades no interior da empresa; 3) processos de trabalhadores que exerciam funções especializadas e específicas em cada setor do Frigorífico e 4) processos de trabalhadores que não mencionaram a sua função, portanto, não se sabe em qual setor do Frigorífico estavam atuando. Para este trabalho foram selecionados alguns processos da terceira categoria, na maioria dos casos a motivação para a reclamatória foi o pedido de indenização por demissão sem justa causa.

A leitura de um processo de qualquer área jurídica pode abrir muitas opções ao pesquisador, constituindo-se em uma excelente modalidade de pesquisa exploratória. Serão apresentados alguns aspectos referentes ao ambiente de trabalho fabril e as relações de trabalho entre os operários e seus dirigentes.

Um acontecimento na vida da cidade de Pelotas: a reinauguração do Frigorífico Anglo em 1943

No Brasil o primeiro matadouro frigorífico foi instalado em 1913 na cidade de Barretos, estado de São Paulo, por Antônio Prado (1840-1929), um dos maiores acionistas da Companhia de Estradas de Ferro. Chamava-se Companhia Frigorífica e Pastoril. Em 1914 saíram deste frigorífico as primeiras remessas de carne congelada do Brasil para a Inglaterra (CRUZ, 2013).

Antes, em 1921, o Grupo Vestey Brothers adquiriu a Companhia Frigorífica Rio Grande de Pelotas-RS, construída em 1917 por um grupo de estancieiros da região, visto que estavam passando por dificuldades financeiras, venderam a Companhia Frigorífica Rio Grande para Lancashire General Investment Trust Limited de propriedade do Grupo. Foi constituída no Rio Grande do Sul a Sociedade Anônima The Rio Grande Meat Company com sede em Pelotas, a qual recebeu autorização do Decreto 2.766 do mesmo ano para funcionar no Estado. Neste momento, o que atraiu a companhia nesta cidade foi o enorme suprimento de carne disponível e a mão-de-obra oriunda das charqueadas (SILVA, 1999).

Em 1924, a The Rio Grande Meat Company trocou o nome para Frigorífico Anglo. Assim começa a história do Frigorífico em Pelotas, funcionou até 1926, produzindo em

pequena escala, quando encerrou definitivamente os trabalhos. Ficou desativado por dezessete anos, em 1942, passou por um processo de reconstrução e modernização de seus edifícios. As obras seguiram até que, em 17 de dezembro de 1943, as novas instalações do Frigorífico Anglo de Pelotas foram inauguradas.

O Jornal *Diário Popular*, de Pelotas, do dia 19 de dezembro de 1943, mencionou um acontecimento de relevo ocorrido no dia 17 desse mesmo mês na cidade de Pelotas, era a inauguração do Frigorífico Anglo. Segundo as palavras do jornalista presente no dia da inauguração: “difícil e mesmo impossível se torna descrever fielmente a solenidade de inauguração do Frigorífico Anglo e reproduzir com palavras, a imponência daquele estabelecimento industrial”.¹

O Frigorífico Anglo foi instalado às margens do canal São Gonçalo. Na frente do Frigorífico organizaram-se, lentamente, um grande número de moradias, as quais deram origem ao Bairro da Balsa. Sabe-se hoje que apesar da indústria estrangeira de frigorificação de carne estar próxima a um núcleo habitacional popular, esta não contribuiu, diretamente, para a construção das moradias operárias, porque no momento da instalação definitiva da empresa, em 1943, os industrialistas não tinham mais interesse pela construção de vilas operárias. Portanto, os trabalhadores do Frigorífico não foram beneficiados com a construção de moradias por parte de seus dirigentes (SILVA, 1999).

Os jornais enfatizavam, sobretudo, a ideia de que a reinauguração² do Frigorífico Anglo teve grande relevância econômica para a cidade de Pelotas. Outro aspecto que merece ser mencionado no se refere à reinauguração do Anglo diz respeito à aproximação diplomática entre a Inglaterra e o Brasil. Essa ideologia pode ser encontrada nos discursos proferidos na solenidade de inauguração. Nesse sentido, o *Diário Popular*, de 19 de dezembro de 1943, menciona:

Com o início de sua atividade industrial, milhares de operários ali encontrarão trabalho para satisfazer as suas necessidades individuais e cooperar para dilatar o nosso coeficiente de produção batalhando, conseqüentemente, para a vitória do Brasil no ‘front’ interno. [...] Uma grande nação, um povo trabalhador e pertinaz, no momento histórico que atravessamos, estende a mão ao Brasil, oferecendo-lhe uma parcela de sua riqueza e de seu labor. O Frigorífico Anglo recém inaugurado, é o fruto da amizade que une os povos do Brasil e da Inglaterra; é o resultado concreto do esforço de uma plêiade de homens de grande, que encontrou em nossa Pátria um tesouro de riqueza ainda não explorado, riquezas que julgaram indispensáveis vitória a democracia (p. 9).

¹ *Diário Popular*. Pelotas, 19 dez. 1943. p. 9.

² São usadas as duas expressões “inauguração” e “reinauguração” tanto nos trabalhos que mencionam o Frigorífico, como nas fontes.

Segundo Silva (1999, p. 60), durante os 48 anos (1943-1991) em que funcionou sistematicamente “o Frigorífico empregava uma média mensal de 1000 a 1500 pessoas, sendo que, no período da safra, esse número aumentava para 2500 trabalhadores”. Pimentel também confirma esses números, afirmando que: “em 1944, nas diversas sessões do frigorífico estão trabalhando, atualmente, 1.300 operários, o que por si só atesta a importância deste estabelecimento”. (1944, p. 128).

Em relação à produtividade, o projeto do complexo industrial do Frigorífico previa simultaneamente o abate de mil bois por dia, quinhentos suínos, quinhentos ovinos e mil aves. Também as conservas de legumes e frutas estavam incluídas na produção diária. Nas décadas seguintes, o número de suínos abatidos por dia chegou ao dobro. As conservas foram sendo diversificadas conforme a variedade das safras. O processamento do animal dava-se em várias etapas que ocorriam sequencialmente, empregando muitos trabalhadores para cada atividade. (MICHELON, 2012).

Segundo as informações do jornal é possível conhecer algumas das diversas seções que compunham a planta industrial do Frigorífico. A seção denominada câmaras frias era uma ampla pavimentação, onde eram acondicionados e conservados os produtos derivados da produção. Na seção de estamparias eram confeccionadas as latas para as conservas. Nessa seção, trabalhavam quase que exclusivamente moças, as quais eram consideradas mais capacitadas para desempenhar diversas funções com mais precisão e cuidados.³

Na seção de conservas eram preparadas as conservas, esse processo exigia grande rapidez, de maneira prática e higiênica. Nessa seção havia também a preferência por moças, as quais demonstravam mais destreza no trabalho. À medida que a matéria-prima ia passando pelos variados processos, um grupo de operários ia procedendo ao enlatamento. As conservas saíam prontas dessa seção para entrarem na seção de retortas, onde recebiam o aquecimento necessário para a esterilização. Havia a seção de resfriamento e lavagem das latas. Também um vasto pavimento denominado de seção de recebimento de sopa para extrato. A seção de incubação era uma técnica, considerada moderna para a fabricação de conservas na época. Ali, as latas de conservas permaneciam por vários dias, até atingirem as condições ideais para serem retiradas.

A seção de caixotaria era montada e aparelhada para atender as inúmeras necessidades da grande produção industrial. A seção do extrato de carne tinha grande capacidade e aparelhagem considerada igual ou superior as dos demais estabelecimentos congêneres do

³ Ibid.

mundo, ou seja, todas as instalações eram assim referenciadas, era o que havia de mais moderno naquele contexto no que se refere a instalações frigoríficas. O depósito do frigorífico era espaçoso e ocupava uma área considerável do edifício. Ainda havia a sala de máquinas; fabricação de gás; local com geradores e depósitos de lenha no entorno; a oficina mecânica; o almoxarifado, entre outros.

Foi durante as primeiras décadas da República que ocorreram significativas transformações na economia do Rio Grande do Sul, com a instalação da indústria da carne frigorificada, em contradição com as charqueadas e os pecuaristas que se mantiveram na defesa de seus interesses. No início do século XX os frigoríficos representavam o que havia de mais avançado em termos de tecnologia, com o domínio dos processos de conservação da carne pelo resfriamento. As grandes empresas estrangeiras buscavam instalar-se em regiões que apresentavam as maiores e mais baratas reservas de gado, também foi onde se pagavam os mais baixos salários aos operários (PESAVENTO, 1980).

A Segunda Guerra Mundial influenciou a reabertura do Frigorífico devido a necessidade de produção de carne enlatada para os exércitos. A localização afastada de onde acontecia o conflito, a tomada de decisão do Brasil de ficar do lado dos Aliados, o processo de industrialização em que o país se inseria e as leis de impostos no Rio Grande do Sul, que ofereciam vantagens por um período de trinta anos para indústrias nacionais ou estrangeiras que viessem instalar-se no Estado para produzir carne frigorificada, foram fatores relevantes para que a família Vestey retornasse a investir em 1942 no Frigorífico Anglo de Pelotas, construindo novos prédios e reabrindo em 1943.

Entretanto, a reinauguração do Frigorífico Anglo representou, sobretudo para os trabalhadores, a geração de empregos e o suprimento das necessidades básicas. Mas isso não quer dizer que não houve problemas rotineiros vivenciados pelos trabalhadores. Um dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores era a rotatividade de mão-de-obra, causadora de demissões e substituição de empregados. Além disso, devido a sua história, a cidade de Pelotas possuía mão-de-obra permanente, abundante e com tradição em trabalhos de abates, oriunda das charqueadas.

O Frigorífico Anglo de Pelotas realizou abates até 1985, produziu além de carnes enlatadas para exportação, conservas de frutas e legumes. Após essa data, passou a produzir

apenas conservas, vindo a encerrar as atividades definitivamente em 1991, quando foi fechado.⁴

Alguns apontamentos sobre o cotidiano do trabalho no Frigorífico Anglo através dos processos trabalhistas

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genética a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais 'insubstancial' que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente (HELLER, 2008, p. 31).

Após a implementação da Consolidação das Leis do Trabalho no ano de 1943, as demandas judiciais aumentaram consideravelmente. O Frigorífico Anglo era a empresa mais demandada pelos trabalhadores. Todos os processos contra essa empresa tem por requerente os trabalhadores, sendo estes geralmente operários de diversas seções do Frigorífico. A leitura atenta das ações trabalhistas aponta indiretamente para aspectos do ambiente e do cotidiano do trabalho dos trabalhadores do Frigorífico. Ainda segundo Agnes Heller:

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação (2008, p. 32).

Urânia Garcia Correia trabalhava na seção das conservas, deu a luz a uma criança do sexo feminino, alegou que na data em que terminou o aviso prévio, foi despedida sem ter dado motivo para tal. Acionou uma reclamação na justiça para pleitear o pagamento do restante do aviso prévio, o pagamento de um período de férias e a indenização por demissão sem justa causa e mais dois dias de salários.

No que refere ao processo mencionado, Neuza Silva (1999), ao investigar questões relativas à industrialização e urbanização na cidade de Pelotas a partir da década de 1940, afirma que a pressão exercida com relação às mulheres era ainda mais forte, apesar de o presidente da empresa o Sr. Cunningham, ter afirmado que:

⁴ Logo após fechar, a companhia inglesa proprietária do Frigorífico vendeu as instalações para o Grupo Casarin, e em função da falência do Frigorífico Casarin, os edifícios ficaram sob a intervenção da Justiça do Trabalho, até que mais tarde foi vendido e adaptado para ser o atual campus Porto da Universidade Federal de Pelotas.

Tudo era absolutamente dentro da lei. Todos os direitos eram pagos. Agora, tinha uma coisa. As mulheres não podiam engravidar. Se engravidassem, enquanto estivessem no trabalho e não se demitiram, podiam saber que não voltavam mais.⁵

Fica claro que as mulheres que precisavam trabalhar e viessem a engravidar durante o contrato de trabalho deveriam pedir demissão voluntariamente, para garantir sua volta na próxima safra. Embora muitos trabalhadores e o próprio Sr. Cunningham entrevistados por Neuza Silva (1999), tenham dito que os donos do Frigorífico eram “justos e absolutamente legais”, essa prática era comum e isentava o Frigorífico da responsabilidade do pagamento da licença-maternidade, o qual estava garantido por lei.

Os casos de Euclides Nunes Gomes que trabalhava na oficina do Anglo e Dalmiro Gomes Jardim que exercia a função de temperaturista do extrato em comum os motivos e a conclusão da reclamação. O primeiro alegou que foi despedido sem que tivesse dado motivo para a dispensa e que esta não foi precedida de aviso prévio. Ingressou com uma reclamação pleiteando as indenizações por despedida injusta e falta de pagamento do aviso prévio, fundamentada na CLT. O Reclamante Euclides Nunes Gomes e a empresa celebraram o acordo, sendo pago pela Reclamada o valor de Cr\$ 1.600,00. Dalmiro alegou os mesmos motivos, pleiteou também as respectivas indenizações. Em audiência a Reclamada afirmou que o Reclamante foi despedido porque deu prejuízo para Companhia de algumas dezenas de milhares de cruzeiros, pois inutilizou dois tanques de extrato, deixando-os azedar. Para ter uma ideia do prejuízo bastava calcular o valor de uma lata pequena do produto que custava Cr\$ 4,00 (Processo 414/45, fl. 17).

A conclusão dos processos de Euclides e Dalmiro talvez se enquadram nas afirmações de Clarice Speranza, que ao estudar os episódios nos quais os mineiros de carvão do Rio Grande do Sul e seus patrões optaram ou não pelo caminho da conciliação nos anos 1940 a 1950, mencionou:

[...] o caminho da conciliação poderia ser vantajoso, na prática para o operário. Não apresentava sempre o atendimento imediato completo da reclamação [...], mas geralmente era mais rápido do que a tramitação completa de um processo (2013, p. 52).

A autora ainda ressalta:

ao aceitar acordos, o patronato assumia no mínimo o risco de incentivar o uso da Justiça do Trabalho pelos empregados (atraídos pelo ganho imediato), ou seja, mantinha um campo de luta passível de ser utilizado pelos dominados. E, pior (para eles): muitas vezes eram forçados a pagar imediatamente indenizações aos trabalhadores, em dinheiro, o que poderia eventualmente repercutir em seu caixa e

⁵ Entrevista com Sr. Cunningham, junho de 1998 *apud*. (SILVA, 1999, p. 62).

capital de giro [...]. Portanto, se a conciliação pode ser vista como uma saída vantajosa para os trabalhadores, nem sempre era, logicamente, o caminho preferencial dos patrões. Aparentemente, o patronato aderiu à conciliação quando o processo podia ser encerrado com custos financeiros irrisórios ou havia uma avaliação sobre as chances reais de 'perder' [...] no julgamento final do processo (2013, p. 55).

Nesse sentido, Neuza Silva(1999), também afirma: ao que parece, os acordos eram uma prática comum, considerada benéfica para os trabalhadores, porque o dinheiro que recebiam pela indenização permitia-lhes melhorarem as condições de moradia. Em entrevista o Sr. Cunningham confirma:

A primeira vez que saíam, pegavam o dinheiro e aterravam o terreno, faziam uma casa de chulé. Já na segunda, podiam ampliar a casa e construir de tijolos. E assim, sucessivamente, acontecia com todos os que permaneciam na empresa.⁶

Ainda segundo Neuza Silva:

Um emprego no Frigorífico Anglo representava para o operário, de um lado, o seu ganho certo e, de outro, um enorme problema devido à rotatividade de pessoal característica a esse tipo de indústria. Os setores que se mantinham em funcionamento durante a fase da dispensa da mão-de-obra no Frigorífico eram, principalmente, aqueles referentes à manutenção de máquinas, o de eletricidade, as câmaras frias e o setor administrativo (1999, p. 60-61).

Pressupõe-se também que tenham ocorrido acordos fora do ambiente judicial, tendo em vista que essa prática era muito comum e foi mencionada pelos trabalhadores entrevistados por Neuza Silva (1999). Segundo a autora, ao atingirem um determinado número de anos no emprego, ou os operários eram demitidos, ou faziam acordo com a firma, para não adquirirem estabilidade.

Carolina Martins dos Santos trabalhava na seção de rotulagem alegou que foi despedida sem justa causa e sem aviso prévio. Entrou com uma ação solicitando indenização referente ao aviso prévio. Na audiência, o advogado da empresa disse:

quanto a reclamação de Carolina Martins dos Santos, chapa 239, o motivo da demissão foi desobediência e desrespeito as ordens do capataz, quando esse lhe fazia uma observação relativa a ordem de serviço. (Processo 239/44, fl. 5)

Orcino Fagundes, funileiro foi despedido sem justa causa, e por não receber o aviso prévio e o ordenado de um mês de serviço, correspondente a um ano na empresa. Sendo assim, o valor total solicitado da indenização é de Cr\$ 464,00. Foi demitido por abandono de serviço e desobediência ao capataz.

⁶Sr. Cunningham. Entrevista junho de 1998. *Apud.* (SILVA, 1999. p. 63).

José da Silva Paz, operário solicitou indenização por demissão sem aviso prévio, férias e o recebimento dos últimos salários vencidos. No entanto, a empresa afirma que o requerente foi demitido por justa causa por ter agredido o capataz Pompílio Soares dos Santos.

Pedro Novak trabalhava na secção do charque, alegou demissão sem justa causa, sendo reservista do Exército, estando em idade de convocação militar. Sendo assim, solicita a sua reintegração na empresa e uma indenização de três meses de salários, somando um total de Cr\$ 900,00. A empresa alegou que o reclamante foi dispensado por diminuição do serviço, e que possuía menos de um ano de serviço, sendo reservista de 1º categoria.

Os casos de Carolina, Orcino, José e Pedro provavelmente estejam relacionados com a rigidez da direção do Frigorífico no que se refere a seleção dos empregados. Segundo Neuza Silva:

O período de suspensão dos abates, quando eram dispensados um grande número de trabalhadores, além de causar desemprego, propiciava, à direção do Frigorífico, um controle rígido sobre a seleção dos operários, como se pode depreender dos relatos que referem os critérios utilizados para se definir o retorno ou não dos empregados nas safras seguintes. Segundo os trabalhadores, *...vagabundo lánão tinha vez. Eles eram muitos justos, mas o camarada tinha que trabalharcertinho, senão não voltava*. Isso demonstra que o comportamento do contratado, em cada safra trabalhada embasava a avaliação para sua continuação no emprego ou era a garantia para seu retorno na próxima safra (1999, p. 61, 62).

Percebemos através da leitura das audiências que as alegações de dispensas injustas talvez foram somente justificativas para a abertura da ação contra a empresa, pois no momento da defesa esta sempre apontava um motivo que considerava relevante para tais dispensas. Exemplos disso são os casos já mencionados e o de Euclides Soares da Silva que trabalhava no carregamento e empilhamento de lenha e Oracil Barbosa Silveira que exercia sua função na seção de conservas.

Para o primeiro, a empresa alegou que a despedida foi justa, pois o Reclamante agiu indisciplinadamente, agredindo seu superior hierárquico, o capataz da turma Antonio Vieira. Tal fato foi presenciado por testemunhas. Levando-se em conta que a empresa Reclamada necessita de absoluta ordem, em face do estado de guerra, sendo indispensáveis os esforços regulares das empresas da qualidade da Reclamada, de acordo com a empresa a disciplina é o fator básico para que o serviço corra normalmente.

Já para o segundo a empresa afirma que o Reclamante foi despedido por haver se apropriado por diversas vezes, apesar de advertido por um capataz, de latas de salsichas, tornando-se assim um elemento prejudicial a boa condução do serviço da empresa. O delito cometido por Oracil se assemelha ao que E. P. Thompson discute no capítulo *Economia*

moral revisitada, desenvolvido a partir do estudo dos motins das multidões inglesas no século XVIII. Dessa forma, as atitudes do operário:

são geralmente uma resposta racional, que não acontece entre os indefesos ou sem esperança, mas entre aqueles grupos que se sentem com um pouco de poder para tomar os víveres de que precisam quando os preços vão as alturas, os empregos desaparecem e eles veem o seu suprimento de alimentos básicos ser exportado (THOMPSON, 1998, p. 207).

Sendo assim, “a ‘relação das pessoas com os alimentos’ envolve sistemas de poder, propriedade e leis. O conflito sobre o direito de acesso aos alimentos [...] poderia ser como um fórum de lutas de classes” (THOMPSON, 1998, p. 223). Tendo em vista que no contexto em questão a carne e seus derivados estavam com preços elevados, delineando um momento de crise pelo qual a cidade de Pelotas estava vivenciando, dessa forma, a população trabalhadora encontrava dificuldades financeiras para adquirir os produtos de primeira necessidade. Sobre essa situação o jornal *A Alvorada* de 1947 publicou a seguinte matéria:

Na voragem dessas incertezas porque está passando o povo, com faltas sucessivas, ora de um, ora de outro alimento, não há mais esperanças, como se esperava, de melhores dias, no pós-guerra; agora a falta de carne, há pouco a falta de leite, e a que se espera, que não tardará: a falta de pão! Não está certo que no Estado mais povoado de vacuns se ande [...] com dificuldades para se adquirir um magro quilo de carne, não valendo, (por precaução) as vezes, a encomenda de véspera. Se é manobra dos fazendeiros mancomunados com os frigoríficos, não é lícita essa atitude antipatriótica; se é motivada pela grande exportação pelos frigoríficos, numa ajuda-cooperação aliada, para alimentar as populações da Europa, culpa cabe a quem não controlou o despovoamento dos nossos rebanhos, num autêntico atentado ao patrimônio Estadual.⁷

Artur Abreu exercia a função de canista, alegou ter sido mal tratado por seu superior, Sr. Jorge Gould, quando trabalhava fora da seção da oficina mecânica para a qual havia sido contratado. Segundo Artur, após a discussão, para evitar maiores conflitos com seu superior Sr. Gould, solicitou seu retorno para a seção da oficina mecânica. No entanto, por não ter comunicado sua reintegração na oficina mecânica foi demitido pelo Sr. Palmer e novamente insultado por Jorge Gould. Além disso, denunciou que realizava seu trabalho nas “baterias” com a temperatura alguns graus abaixo de zero e, que, a empresa não disponibilizava agasalhos próprios para execução do serviço. Dessa forma, o requerente solicitou sua reintegração no serviço e uma indenização no valor de Cr\$ 1.800,00.

Eloy Prado Silveira foi capataz das câmaras de congelamento reclamou adispensa sem justa causa, e pagamento de aviso prévio referente ao salário correspondente a vinte cinco dias, exigindo sua assinatura, sendo assim, o requerente solicitou a indenização de Cr\$

⁷*A Alvorada*. Pelotas, 23 ago. 1947. p. 1.

1.380,00, total de três meses de salários, e sua reintegração no serviço. Eloy Prado Silveira declarou ser reservista do Exército. A empresa alegou que o requerente foi promovido a capataz e que após sua promoção este se mostrou incapaz de exercer tal função. Além disso, Eloy tinha menos de um ano de serviço, não gozando de estabilidade.

Pedro Peixoto da Silveira, Raul da Silva Pintanelo, Otacílio Alves Furtado, José Antônio de Ávila, Plotino Pacheco de Oliveira, e Otelo Alves Furtado, operários. Foram todos demitidos no mesmo dia por um capataz que atende por Pavão. No dia da demissão foram trabalhar por pedido da empresa, mesmo sendo um feriado municipal. Alegam que o capataz impôs que os trabalhadores iniciassem suas atividades às 5 horas da manhã, porém os empregados não poderiam estar neste horário, sendo assim foram suspensos por cinco dias, pois o capataz já havia avisado em um quadro negro, somente os funcionários José Antônio de Ávila e Plotinho Pacheco de Oliveira não foram avisados. Contudo, os funcionários alegam terem sido demitidos por injusta causa e solicitam o pagamento referente aos cinco dias de suspensão e exigem à remuneração de 10 horas de trabalho diário, totalizando um valor de Cr\$ 450,00.

No tocante as relações de trabalho, percebemos atitudes conflitantes entre os trabalhadores e seus superiores, ora um, ora outro é desrespeitado, deixando clara a severidade da empresa em relação ao trato com seus empregados. Em contrapartida, esses operários parecem demonstrar um comportamento de resistência frente à forma de dominação implantada pela indústria. Esse comportamento dos trabalhadores “evoca assim a ideia de ‘autoconstrução’ de um grupo social, de formação de uma identidade social e de uma ‘consciência de classe’ por parte desse grupo operário, tal como sugere a obra de Thompson”(LOPES, 1988, p. 22).

Considerações finais

O presente trabalho abordou as mudanças em relação as vertentes de investigação da história dos trabalhadores na historiografia no decorrer do século XX, foram três momentos: primeiramente os estudos enfocavam o movimento operário da Primeira República, logo após os estudos se concentraram na compreensão do populismo da Era Vargas. A presente pesquisa se inspirou na terceira vertente, na qual houve uma mudança significativa na forma de escrever a história dos trabalhadores, essa virada aconteceu na década de 1980, na qual houve uma ampliação das fontes de pesquisa, dentre elas encontram-se os processos judiciais, favorecendo novas possibilidades de pesquisa e alargando os horizontes conceituais.

Podemos acompanhar o processo de instalação do Frigorífico Anglo em Pelotas, o qual se iniciou em 1921 através da compra do Frigorífico Rio Grande. Funcionou até 1991, ou seja, 70 anos, ficando 17 anos desativado (1926-1943). Empregou uma média mensal de 1000 a 2500 trabalhadores nos 48 anos em que funcionou sistematicamente (1943-1991), influenciando diretamente na vida econômica dos trabalhadores. Logo após sua reinauguração que se deu paralelamente a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, foi a empresa mais processada da cidade. A presente pesquisa analisou alguns processos empregando a metodologia qualitativa, complementada pela análise documental qualitativa já utilizada em estudos que se valeram de fontes judiciais.

No conjunto de processos trabalhistas examinados observou-se que em alguns casos ocorreram acordos, fazendo com que o trabalhador desistisse de dar prosseguimento na ação, visto que os acordos eram uma prática comum, fato confirmado pelo próprio presidente do Frigorífico. Quanto às relações de trabalho entre os empregados e dirigentes da empresa, percebemos que havia um controle rígido em relação a seleção e manutenção dos trabalhadores dentro da empresa, pois apesar de os despedidos alegarem que não havia motivo justo para a despedida, sempre vemos a partir da leitura das audiências a empresa justificando que havia sim motivações, na maioria das vezes relevantes. Não era tolerado qualquer ato de insubordinação ou descumprimento das obrigações no exercício do trabalho, quanto as mulheres o controle era mais acentuado, pois não era admitido que estas permanecessem no trabalho caso estivessem grávidas. O comportamento dos trabalhadores pode caracterizar-se como uma forma de resistência face a dominação interiorizada pelo próprio grupo dominado.

Fontes

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 135. Reclamante: Artur Abreu. Caixa 09.

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 165. Reclamante: José da Silva Paz. Caixa 09.

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 168. Reclamante: Orcino Fagundes. Caixa 09.

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 176. Reclamante: Eloy Prado Silveira. Caixa 10.

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 178. Reclamante: Pedro Novak. Caixa 10.

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 191. Reclamante: Pedro Peixoto da Silveira, Raul da Silva Pintanelo, Otacílio Alves Furtado, José Antônio de Ávila, Plotino Pacheco de Oliveira, e Otelô Alves Furtado. Caixa 10.

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 239. Reclamante: Carolina Martins dos Santos. Caixa 12.

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 290. Reclamante: Euclides Soares da Silva. Caixa 14.

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 391. Reclamante: Euclides Nunes Gomes. Caixa 17.

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 414. Reclamante: Dalmiro Gomes Jardim. Caixa 18.

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 416. Reclamante: Oracil Barboza Silveira. Caixa 18.

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 486. Reclamante: Urânia Garcia Correia. Caixa 20.

IBGE. **Censo Demográfico de Pelotas na década de 1940**. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de Pelotas.

JORNAL DIÁRIO POPULAR. 19 de dezembro de 1943. Pelotas. In: Biblioteca Pública Pelotense.

PIMENTEL, Fortunato. **Rio Grande do Sul e suas riquezas**. Porto Alegre: Continente, 1944, p. 128.

Referências Bibliográficas

BATALHA, Cláudio H. M. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 145-158.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 295-316.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980, **Cadernos AEL**, v. 14, nº 26, 2009, p. 13-45.

CHALHOUB, Sidney. **O Conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais**. Curso de formação de multiplicadores em políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: Memorial do TRT 4ª Região. Disponível em: <<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/home>> Acesso em: 23 ago. 2014.

CRUZ, Ubirajara Buddin. Frigorífico Anglo de Pelotas, uma nova história, **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 3, n. 9, Jul./Dez. 2013, p. 01-08. Disponível em: <www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede> Acesso em: 10 set. 2014.

FRENCH, John D. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
Fundação de Economia e Estatística. **De província de São Pedro à Estado do Rio Grande do Sul**. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE-RS, 1981.

GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana. O trabalho de um Centro de Documentação: O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 2, p. 241-256, julho-dezembro, 2013.

Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/369>> Acesso em: 08 out. 2014.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LONER, Beatriz. O acervo sobre o trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 9-24.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

MICHELON, Francisca Ferreira. **Sociedade Anônima Frigorífico Anglo de Pelotas: o trabalho do passado nas fotografias do presente**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, Editora e Gráfica Universitária, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

PIEPER, Jordana Alves. **Carregar e descarregar: Os estivadores de Pelotas e suas relações trabalhistas entre 1940 e 1942**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

ROCHA, Lóren Nunes da. **Acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas (1940-1945): Da guarda documental ao uso na pesquisa histórica**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

SCHMIDT, Benito Bisso. Asapateira insubordinada e a mãe extremosa: Disciplina fabril, táticas de gênero e luta por direitos em um processo trabalhista (Novo Hamburgo-RS, 1958-1961). In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira (Orgs.). **A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, 157-199.

_____. A produção historiográfica sobre a classe operária no Rio Grande do Sul – Balanço e perspectivas. **Simposio 25: Estado actual de la investigación sobre mundos y mercados de trabajo**, 2007, p. 01-14. Disponível em: <http://www.audhe.org.uy/Jornadas_Internacionales_Hist_Econ/CLADHE1/trabajos/Bisso_Schmidt_Benito_393.doc> Acesso em: 09 nov. 2013.

SILVA, Neuza Regina Jankeda. **Entre os valores do patrão e os da nação, como fica o operário?** (O Frigorífico Anglo em pelotas: 1940-1970). 1999. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SILVA, Eduarda Borges da Silva. **Nós na trama:** Os pleitos judiciais das operárias da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense (1944-1954). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana da cidade de Pelotas, Brasil, 1812-2000.** Barcelona: Universidade de Barcelona. Tese de Doutorado em Geografia Humana, 2002.

SPERANZA, Clarice Gontarski. Nos termos das conciliações: os acordos entre mineiros de carvão do Rio Grande do Sul e seus patrões na Justiça do Trabalho entre 1946 e 1954. In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira (Orgs.). **A Justiça do Trabalho e sua história:** os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 51-81.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores:** a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELLOS, Marciele Agosta. **À moda dos alfaiates:** Nuances de um ofício artesanal na cidade de Pelotas, nas décadas de 1940 e 1950. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

VASCONCELLOS, Marciele Agosta; SILVA, Rodrigo Hinz. Reflexões teórico metodológicas sobre a análise documental em processos judiciais trabalhistas. **Anais do XIII Encontro Nacional da ABET**, UFPR, Curitiba, 2013.